

AValiação de Políticas Educacionais para o Ensino a Distância (EAD) como Direito Social

NASCIMENTO NETO, José Osório do (Professor de Direito – UniBrasil)
CASALI, Rafael Cesar (Direito – UniBrasil)

Partindo-se do pressuposto de que a educação consiste num direito social e de que o termo “política pública” pode ser tratado como um instrumento jurídico capaz de contribuir com as diversas formas de tutela estatal, este artigo científico tem por objeto a apresentação crítica de breves traços metodológicos que podem interferir no processo virtual de aprendizagem, bem como na verificação avaliativa da educação. O objetivo deste estudo é analisar, de forma descritivo-interpretativa, o cotidiano que envolve a prática docente virtual e seus pressupostos, em especial, sobre as variáveis que podem refletir nas tarefas propostas em sala de aula, tais como: habilidades afetivas; habilidades cognitivas; interação dos participantes; comunicação entre professores e alunos; e, expectativas do professor quanto à inteligência dos alunos. Em outras palavras, identificaram-se: (i) habilidades afetivas como necessidade prévia à avaliação de uma política pública social no ambiente virtual; (ii) habilidades cognitivas de qualidade como exigência de tutela estatal na prática de educação a distância; (iii) a interação entre os discentes como ponto de observação metodológico para avaliação de uma política educacional; (iv) a comunicação entre professores e alunos para avaliação de uma política pública social no ambiente virtual de aprendizagem; (v) expectativas do professor quanto à inteligência dos alunos na educação a distância: do individual à coletividade de uma política pública social. Esta análise crítica, fundamentada por uma breve aproximação entre teoria e prática, justifica-se pela necessidade do avanço do conhecimento científico no ambiente de estudo metodológico para avaliação de políticas públicas educacionais como forma de tutela estatal.

Palavras-chave: Metodologia; Avaliação de política pública; Educação a distância; Direito social; Tutela estatal.